

O MST no Pontal do Paranapanema: para além da “organização institucionalizada”¹

Maria Celma Borges - UFMS

Avanços e recuos fizeram (e fazem) parte da história de vida e de trabalho dos camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema - SP. Se os homens e mulheres assentados representam uma organização a buscar confluir interesses em prol do coletivo, por vezes se sobrepondo ao indivíduo, as conduções e interpretações da luta nem sempre foram (ou são) as mesmas, diferenciando-se conforme a posição dos sujeitos envolvidos. Daí a importância de se buscar a vivacidade do Movimento, tendo como referencial as lutas camponesas em dois assentamentos - o Che Guevara/Santa Clara e o São Bento -, ambos localizados no município de Mirante do Paranapanema, espelhando-as nas malhas da história, produzidas pelas condições objetivas e subjetivas expressas também na memória de lutas. Para tanto, neste texto, utilizo-me de fontes orais e de bibliografias que tratam do MST no cenário nacional, buscando apresentar o mosaico de práticas e representações a dar-lhe expressão e vida.

D’Incao e Roy, ao realizarem um estudo de caso em um assentamento no estado de São Paulo², apresentam considerações relevantes para se pensar as relações sociais e de trabalho impostas pelas lideranças no local por eles analisado, que, conforme os dados da pesquisa, reproduziam a dependência vivida por grande parte dos camponeses no tempo anterior ao assentamento, resultando em resistências derivadas nos “comportamentos escondidos ou sorrateiros”. Assinalam os autores que o que se propunha diferente, tornou-se igual, arbitrário, negação de práticas de autonomia, tão caras aos princípios do MST.

Na análise das entrevistas realizadas pelos campos do Pontal, destaca-se a forma como os assentados referem-se ao surgimento das lideranças e da militância nos acampamentos quando das relações vividas junto à “experiência da comunidade”, como se

depreende da fala de Seu Nilo, assentado no Che Guevara/Santa Clara, ao apontar para o que significa o MST, o que é ser dele sujeito, orgulhando-se em expor esse sentido:

[...] pra nascer uma liderança dentro do Movimento Sem Terra eu acho que aquela pessoa tem que ter amor por aquela luta, e aquela boa vontade dele de dizer: 'não, eu vou partir pra luta pra surgir a base do Movimento Sem Terra.' Porque nós todos, nós todos assentados, acampados e tudo tem esse direito de ter aquele orgulho de dizer: "nós somos do Movimento Sem Terra.(...) Desde quando eu entrei, a pessoa sabe que eu sou do Sem Terra, toda a vizinhança, todo conhecimento que eu tenho sabe que eu sou do Sem Terra, e ninguém me procura nada, porque sabe que se me procurar eu sei responder. Então é uma coisa que a gente pensa em ser do lado de ..., andar sempre no Movimento Sem Terra, é o que eu reconheço em mim mesmo. Eu não me envergonho de chegar em qualquer lugar, em qualquer canto, em banco, fórum, em qualquer coisa nós somos do Movimento Sem Terra. Eu me orgulho de dizer que não tenho vergonha daquilo que nós tamos fazendo, porque é uma luta nossa, uma satisfação nossa.³

Em vista desta entrevista, observo a necessidade de não generalizar os exemplos relacionados por D'Incao e Roy para o MST em sua totalidade, indagando sobre os limites das interpretações centradas exclusivamente na denúncia do discurso autoritário, esquecendo-se de que é preciso compreender como se constroem, ambígua e contraditoriamente, os discursos e as práticas.

Martins, discorrendo sobre a posição da Igreja em vista de seu papel de mediação estabelecido entre os movimentos sociais, a partir de suas pastorais sociais, como a indígena, a da terra e a do trabalho, enfocando ainda as práticas do Movimento Sem Terra, assinala:

Um certo aparelhismo tomou conta dessa mediação impolítica que cumpria uma função, sem dúvida, política. O resultado foi a busca da laicização da ação dos grupos de Igreja e até mesmo a sua institucionalização como grupos seculares, como foi o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convertidos em grupos semipartidários.⁴

Na entrevista com Zelitro, militante e dirigente do MST, indaguei acerca das considerações apresentadas por Martins para se pensar os rumos tomados pelo MST, principalmente sobre o que esse autor considera como a sua "institucionalização". Falando da simbologia do MST, o entrevistado assinala que talvez Martins tenha razão no sentido de apontá-lo como uma organização institucionalizada, caso se pense somente a questão do

assentamento e das cooperativas, mas quanto à ocupação e demais práticas vividas pelo Movimento, a crítica não se sustenta, já que:

Com uma ação, você faz uma trajetória histórica, rompe a cerca e ocupa o latifúndio. Então isso é de uma simbologia muito forte. E isso é desobediência civil. Rompe a cerca. Então quando ocorre o assentamento - por isso que eu digo que ele pode ter razão-, há uma tendência de retorno da propriedade privada, da institucionalidade que o assentamento quer discutir (inaudível). Do Estado interferir com sua gerência, com seu modo de atuar, dos próprios créditos, de ir pro banco. Enfim, a própria cooperativa que tem sua própria legislação que enquadra, formata. Agora a ocupação [...] E o Movimento sai das ocupações e vai para as caminhadas, as marchas, os atos públicos. Desenvolve atividades culturais, realiza eventos diversos, ocupa este espaço público, agrega elementos de caráter político de dizer “fora FHC, fora FMI”, de ocupar um prédio público. Que simbologia não é você protestar na frente dum Banco Central, numa Bolsa de Valor. Então é a desobediência civil. Então ao meu ver é uma grande contribuição que o Movimento [...], pro pensamento de esquerda no Brasil, com sua simbologia, com seu gesto. No dia que as outras categorias resolver fazer o mesmo, no dia em que os operários ocuparem a fábrica, por exemplo (risos), enfim, os estudantes ligados a UNE, por exemplo resolver ocupar as universidades, mas não pra discutir preço do pagamento de mensalidade, mas pra discutir que Brasil que nós queremos, e que universidade pública queremos. E, quem que é nós? (inaudível). Então, de maneira que o José de Souza Martins tenha razão em alguns aspectos, mas ele generaliza quando enfoca isso desconsiderando os outros fatores, que são, com certeza, no MST mais forte do que essa questão da institucionalidade.⁵

Navarro, semelhante a Martins, assinala que o MST não é mais um movimento social, deixou de sê-lo para tornar-se uma “organização formal de representação de interesses [...] mergulhado na institucionalidade vigente”⁶ (2000, p.03). Mas, se o Movimento está mergulhado nesta “institucionalidade”, e se essa, historicamente, remeteu (e remete) à preservação da ordem, como explicar a sua inversão quando da ocupação de terras, de prédios públicos, das marchas, etc? Sabe-se que ao ocupar a terra, os sem-terra ferem princípios básicos e norteadores da política, mentalidade e estrutura social e fundiária presentes na história brasileira desde tempos remotos: a defesa da propriedade privada e, conseqüentemente, do latifúndio.

Destaco a necessidade de se repensar a interpretação deste autor, por não se dispor a analisar a composição social do MST e nem ao menos dimensionar o seu interior, detendo-se na organização ou no que entende pelas lideranças, ainda que tenha exposto que a sua

preocupação estava em pensar a organização e não os sem-terra. Porém, a organização não pode se formar por esses sujeitos, ou prevalece a leitura de que só os ilustrados podem pensar e constituir-se como Movimento, na medida em que os camponeses são incapazes de fazê-lo?

Diante destas considerações, é preciso questionar se não seria a organização composta, além da assessoria, de sem-terra que brotaram das lutas nos acampamentos e assentamentos? De onde se origina a militância e a direção? De onde surge a força que faz com que o Movimento se edifique e consiga sobreviver mesmo face às fortes cargas de desqualificação sentidas desde os anos 90, tanto no espaço das ações governamentais quanto no campo científico, a exemplo dos autores relacionados? O MST se limita a ser a organização?

No trabalho de campo não foram poucas vezes em que a organização do MST confundia-se com os sujeitos, como se depreende do relato de Seu Nilo, por muitos entenderem e se sentirem parte constitutiva desse Movimento. Diante disso, quando estou tratando da organização, entendo a sua composição fundamentada nos camponeses em sua diversidade. São as pessoas comuns a dar forma a militância e a direção do Movimento. Não se nega, com isso, nas falas, a existência do “eles” para se designar a organização e do “nós” para os assentados, enquanto elementos diferenciadores, particularmente no cotidiano do assentamento e no modo como, por vezes, se conduz a luta. Mas permanece a indagação de que: se tão autoritário e reprodutor das práticas de dominação no campo brasileiro, como salientam alguns autores, de que maneira se pode compreender a forte adesão de milhares de homens e mulheres que se vêem como Movimento Sem Terra? Vêm ainda na representação do MST a esperança, mesmo diferindo, em determinados momentos da organização, particularmente no que se refere à produção coletiva, permanecendo a prática da produção familiar?

Para essa discussão, fez-se necessário, como acentuado, indagar o que representa o MST para os sujeitos a compor-lhe. O Movimento é a “massa”? A “massa” é caudatária do MST

ou tem a sua própria autonomia? A organização interna é construída no cotidiano das práticas e representações camponesas nos acampamentos e assentamentos ou é antecedida pela denominada “vanguarda”, expressa na direção e na militância? Seria o termo “massa” coerente para imprimir os desejos dos sujeitos em “movimento”?

Tais questões emergiram na tese não somente na crítica às interpretações de Navarro e de Martins, dentre outros, mas também na reflexão de parte das fontes produzidas pelo MST, - a exemplo do Caderno de Formação “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, de Clodomir de Moraes (1986) - , ao reafirmar a existência dos “vícios do campesinato” e a impossibilidade das pessoas se pensarem como sujeitos, a não ser pelas ações da vanguarda.

As irmãs Ivanice e Ivanizia, assentadas no setor IV do assentamento São Bento, ao serem questionadas sobre o que significa o Movimento Sem Terra, e se são parte dele, categoricamente afirmaram:

Ivanice: Hã, hã. Hã, hã. Eu sou. Eu me vejo como Movimento Sem Terra.
Ivanizia: Com certeza, né? Porque [...]
Ivanice: Porque quando eles faz alguma coisa contra um dos nossos, eu falo: olha tão perseguindo a gente. Então nós somos parte deles, mesmo que a gente tá aqui, a gente num faz parte mais da luta ativa, mas a gente faz parte. Porque nós tamos no assentamento. [...] E eu me vejo como Movimento Sem Terra sim. [...] Se eles vier aqui chamar a gente: ‘oh, nós tá precisando de muita gente pra uma ocupação’. A gente vai. Vai sim.⁷

Tendo como base os relatos, saliento que aqueles a representar e compor a organização do MST emergiram das ocupações, dos acampamentos e dos assentamentos, em situações muito diferentes das arroladas por Martins, qual seja, a de “classe média e intelectualidade iluminista”⁸. E essa constatação talvez possa se estender para os campos do país, na medida em que, por exemplo, contrariando a lógica de suas matérias, principalmente as assinadas por Josias de Souza, observações de um artigo da “Folha de S. Paulo”, no ano de 2000, sugerem uma interpretação diferenciada da enunciada por Martins para se pensar a constituição da organização do MST⁹.

Conforme essa matéria: “A maioria dos ‘rapazes’ do MST, que desafiou o governo várias vezes este ano, não chegou aos 40 anos, não terminou o primeiro grau e tem ‘salário’ que varia de R\$180 a R\$ 400 mensais”¹⁰. Os dados econômicos demonstrados na reportagem possivelmente não correspondam ao explicativo da questão em sua totalidade, mas enunciam condições sociais outras que as da “classe média e intelectualidade iluminista”.

Objetivei entender “a consciência da luta e de quem quer dirigir a luta”¹¹ pela análise dos camponeses “que fazem essa luta”, buscando apreender a(s) forma(s) como as práticas e representações se materializam no cotidiano, entendido como um espaço conflituoso, constitutivo de valores que perpassam a esfera da família, desembocando em processos imbuídos da coletividade, como no ato da ocupação da terra e da permanência nos acampamentos, muitas vezes, por tempo indefinido, o que não lhes suprime, nesse espaço, do papel de indivíduos a assumir posições, ou mesmo quando da conquista da terra, de retornar às condições de escassez e de miséria, das quais se tentara fugir, a exemplo do repasse da terra para outro.

Nessa reflexão, compreendo a existência de individualidades e de coletividades nas diversas formas de viver o cotidiano nos assentamentos do Pontal, assim como no espaço público de lutas. As relações de vizinhança e os laços de solidariedade a romper as cercas que cercam os quintais e, conseqüentemente, as que cercam os sentidos do indivíduo e de seus sonhos, como as relações constatadas no setor I do São Bento, no grupo Santo Antônio, acenam para o campo das representações. Representações forjadas pelas condições objetivas de luta para a permanência na terra, mas também pelo desejo da liberdade, enunciadas nas práticas e nos símbolos vividos na memória de luta. Se demonstradas enquanto representações diversas das da militância e da direção, como, por exemplo, as do desejo de transformação da sociedade, as quais também não encerram uma posição única para os diversos camponeses, nem por isso são inferiores, mas diferenciadas.

Vejo, dessa maneira, a necessidade de repensar as interpretações sobre o MST, compreendendo que ele não se faz simplesmente da organização, seja a reconhecida pelo organograma do Movimento ou a liderança de “mídia”, mas fundamentalmente por homens, mulheres e crianças. Por aqueles que representam e se vêem nesse movimento e organização social. É preciso, assim, refletir sobre as múltiplas dimensões que o sujeito carrega no processo de lutas. Ser “sem-terra” em meio à luta deriva da vivência dos fatores objetivos advindos da miséria (da opressão, da exclusão social, etc.), denunciados tanto nas condições objetivas de carência material e na busca de inversão dessa situação pelo enfrentamento, quanto nos fatores subjetivos (os desejos, as esperanças, o cuidado, os sonhos, as utopias) que o conduz por caminhos que, se cruzam e se encontram junto ao Movimento.

Objetividades e subjetividades se encontram dando contorno ao sujeito em movimento e na luta por seus interesses, assim como nas práticas junto ao coletivo. Partir dessa premissa é compreender que são os homens e mulheres sem-terra, posteriormente assentados, que tecem a sua história junto a organização, possibilitando uma compreensão que ultrapasse o conceito de “massa”. Isto, por entender que o MST se movimenta pela composição de sujeitos a inter-relacionar valores, os quais, sendo subjetivos, no fazer-se da história conjugam-se na luta pela conquista de condições objetivas, duramente negadas para muitos, passando a representar a duplicidade e a ambigüidade que o movimento de luta carrega.

Entendo que se faz necessário apreender o homem na sua completude: não há um ser econômico, um ser social, um ser político, um ser cultural, como elementos dissociados, como se fosse possível separá-lo das múltiplas possibilidades da vida. Por compor-se dessa completude, dessa inter-relação, o sujeito apresenta a sua complexidade. Enquanto seres ambíguos há, assim, uma inviabilidade para a cristalização de interpretações que, quando impostas como evidenciadoras das potencialidades da história, apresentam-se mais como camisa-de-força do que instrumento para a transformação social. Apreender a dimensão dos valores sinaliza ainda para a compreensão de que se há a ambigüidade, ela não pode, por

outro lado, ser justificadora da violência, a exemplo do que faz o latifúndio nas suas diversas vertentes: da terra, da saúde, da educação, dos meios de comunicação, etc.

Compreendo que tanto os sonhos da militância e da direção, carregados da mística e do desejo da transformação social, quanto o cotidiano vivido pelos assentados na lida com a terra, ao serem entoados nos relatos, conjugam-se para explicitar a dinamicidade do MST, correlacionando dimensões da vida camponesa. Não seria possível analisar essa história, se eu não recorresse às pessoas comuns, as quais não estiveram (e nem estão) presentes na mídia, mas no interior das ocupações e dos barracos, pelas estradas, pelas praças, pela terra. Impossível seria se eu não recorresse também à fala da militância e da direção, daqueles que, dispondo a sua vida num rito de entrega ao Movimento, contribuíram (e contribuem) para a organização das práticas e representações, enunciadas no desejo de transformação da realidade. Entendo que se ambas as dimensões, tanto a da militância e da direção no sonho da transformação social, quanto a da conquista da terra proveniente dos que nos acampamentos chegavam, não estivessem conjugadas, impossibilitariam o nascimento desse Movimento no Pontal, questão que pode ser generalizada para as práticas constitutivas do MST pelo país.

¹ Este texto resulta de parte do Doutorado, defendido em 2004, no Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis, quando discuti as práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema – SP.

² D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós cidadãos**, aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Os autores não especificam, em nenhum momento, o assentamento que está sendo pesquisado, limitando-se a localizá-lo somente no âmbito do estado de São Paulo. Entretanto, numa reflexão do texto de D'INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Lua Nova**, n.23, Março de 1991, é possível pressupor, a partir das informações nele constantes, que o local analisado refere-se ao assentamento de Porto Feliz, localizado a 110 Km de São Paulo.

³ ENTREVISTA. Nilo e Alzira. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.

⁴ MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000, p.77..

⁵ ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

⁶ NAVARRO, Z. **MST: decifrar é preciso**. UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Maio de 2000, p.3. (mimeografado)

⁷ ENTREVISTA. Ivanice e Ivanísia. São Bento, setor IV, 02/07/2002

⁸ MARTINS, J. S. op. cit, p. 231.

⁹ CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000, p.90, discutindo a formação dos sem-terra, acentua: “os sem-terra que cortam cercas, ocupam terras, enfrentam conflitos com o Estado e os latifundiários, são também aqueles que se tornam dirigentes de empresas, que negociam em Bancos, que fazem parcerias, que contratam técnicos e discutem as diretrizes de sua assessoria, que organizam sua produção em agroindústrias e que chegam até a regular mercados regionais através da produção agrícola que comandam”.

¹⁰ SILVA, Eliane. Sem-terra têm tomada de decisão descentralizada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de Out. 2000. A, Brasil, p.4.

¹¹ MARTINS, J. S. op. cit, p.231.